

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v18i32.863>

Entrevista: **Joaquim Itapary. Dossiê Imprensa no Maranhão: 200 anos de história**

CARLOS AGOSTINHO ALMEIDA DE MACEDO COUTO

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3553-8911>

Doutor em Políticas Públicas pela UFMA

Professor do Departamento de Comunicação Social da

Universidade Federal do Maranhão

São Luís/Maranhão/Brasil

carlos.couto@ufma.br

Membro da Academia Maranhense de Letras desde 1987, Joaquim Salles de Oliveira Itapary Filho publicou reportagens, crônicas e artigos em jornais e revistas, além de diversos trabalhos técnicos em edições autônomas e em periódicos especializados. Dentre esses trabalhos, destacam-se: *Projeto do Maranhão: Notas sobre o problema da propriedade* (1965) e *Terras Devolutas: Direito e Colonização* (1973). Foi redator de projetos de plantas de desenvolvimento para a Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e para o governo do Maranhão. Participou com os acadêmicos Carlos Madeira e Vera-Cruz Santana da comissão redatora do projeto de Constituição Política do Estado do Maranhão para 1968. Coordenou a redação final da Lei n.º. 7.505, de 2 de julho de 1986 (Lei Sarney) de Incentivo à Cultura e do Decreto n.º. 93.335, de 3 de outubro de 1986, que a regulamentou.

Procurador autárquico federal, foi, também, professor titular fundador da Escola de Administração Pública do Estado do Maranhão, membro do Departamento de Economia e Matemática da Universidade Estadual do Maranhão, além de Diretor-superintendente do Sebrae – MA, conselheiro e presidente da Fundação José Sarney.

Parte de sua produção está reunida nas obras: *Seis poemas de Joaquim Itapary* (1987); *Do incerto ócio* (poesia) (1989); *A falência do ilusório: memória da Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil* (1995, v. 11 da Coleção Documentos Maranhenses); *Sob o sol* (2000); *Tapuiranas* (2007); *Hitler no Maranhão, ou O monstro de Guimarães* (2011).

O senhor é muito conhecido pela sua atuação como jornalista e como membro da Academia Maranhense de Letras, entre muitas outras funções que exerceu. A seu

ver, qual a importância de se comemorar os 200 anos da implantação da imprensa no Maranhão?

Joaquim Itapary: O Maranhão tem longa História com diferentes aspectos ainda cientificamente pouco estudados. A influência da imprensa na formação e desenvolvimento da sociedade maranhense é um deles. Basta ver-se que, nesses dois séculos decorridos desde a instalação da primeira impressora em nosso Estado, não passam talvez de meia dúzia as publicações de livros sobre o assunto. E, assim mesmo, em boa parte dos quais os autores se restringem ao mero e superficial registro cronológico da aparição de jornais, como indicação de seus fundadores ou principais redatores, e raramente, a narrativa de diatribes e polêmicas travadas entre jornalistas que se disputavam a preferência de leitores filiados às correntes políticas eventualmente adversárias. Portanto, não encontro razões para “comemorações” só em razão do mero episódio da instalação de um prelo em São Luís; todavia, creio possível que a memória de fato venha a ser um bom pretexto para que cientistas sociais, sobretudo historiadores e membros de departamentos universitários, se dediquem ao estudo do assunto de modo mais aprofundado.

Como jornalista e acadêmico, o que acredita que pode ter ficado como marca identificadora da imprensa no Maranhão a partir da sua implantação e desenvolvimento?

J.I.: Não consigo distinguir marca que singularize a imprensa (aqui falo de jornais) local. Há, porém, algo ordinariamente ressaltado, até com certo ufanismo: a qualidade intelectual de grande número de maranhenses que militaram em jornais locais, nos últimos 200 anos. No entanto, não se deve perder de vista o fato de muitos desses intelectuais haverem colaborado ou trabalhado na imprensa nacional, mormente em jornais do Rio de Janeiro, São Paulo, Belém ou outras capitais.

O jornalismo contemporâneo apresenta formas e formatos que aparentam ultrapassar os veículos impressos no sentido de acesso, consumo, cobertura e importância. Como o sr. vê as mudanças tecnológicas pelas quais passam os

veículos de comunicação tradicionais, como a criação de portais, sites e mesmo acesso por dispositivos móveis?

J.I.: Estamos muito sob o impacto desse fenômeno, sem dispor ainda de elementos que nos permitam avaliação segura dos feitos que as sempre renovadas tecnologias de comunicação terão sobre o formato tradicional de jornal impresso, mas tenho para mim a convicção de que aos jornais impressos ainda estará reservado amplo tempo de existência.

A partir da sua experiência, como avalia a qualificação dos profissionais da área de imprensa (no seu sentido amplo) nesse contexto de mudanças tecnológicas?

J.I.: No que leio (hoje, pouco leio jornais impressos), sobretudo nos chamados “blogs”, fica muito nítida a má formação intelectual dos autores, mormente no que se refere ao uso de elementares regras do nosso idioma, de ignorância de ciências sociais e capacidade de formulação de pensamento autônomo. Certos jornais impressos também exibem falta de talento e acentuada tendência para a vulgaridade. Não será descabido lembrar que os grandes vultos da imprensa nacional, bem como expoentes da literatura nacional, a exemplo de Machado de Assis, foram forjados “dentro” das redações jornalísticas, sem jamais haverem frequentado escolas de formação específica.

Qual a mensagem o sr. deixaria para as pessoas interessadas em imprensa, jornalismo, história, meios de comunicação, cultura etc. a partir do marco dos 200 anos da imprensa no Maranhão?

J.I.: Se me permitem, este é um instante a ser colhido como oportunidade para a criação de grupos, em especial no âmbito dos cursos de Comunicação e História, para aprofundamento de estudos criteriosamente orientados sobre a imprensa e o desenvolvimento da sociedade maranhense. A propósito dessa tarefa urgente, há uma experiência digna de evocação: os trabalhos desenvolvidos no Núcleo de História do Maranhão Oitocentista da UEMA, com brilhantismo e invulgar seriedade científica.